

BARRETO, Almeida

*militar; const. 1891; sen. PB 1891-1905.

José de Almeida Barreto nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, em 22 de junho de 1827.

Participou ao lado de Joaquim Nunes Machado da Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco em 1848. Em decorrência, foi mantido preso na fortaleza do Brum, na mesma província, e, em 6 de junho de 1849, obrigado a sentar praça como soldado no 1º Regimento de Cavalaria do Exército. Recebeu a patente de sargento em 1851 e, por decreto de 2 de dezembro de 1855, foi promovido a alferes. Nesse posto comandou as fortificações de Parati, na então província do Rio de Janeiro. No ano de 1858, serviu como adido ao Batalhão de Engenheiros, sendo depois nomeado quartel-mestre. Promovido a tenente a 22 de janeiro de 1866, foi classificado no 3º Corpo de Caçadores a Cavalos, de onde foi desligado para se unir ao Exército em operações no Paraguai.

NA GUERRA DO PARAGUAI

Presidido por Francisco Solano Lopez, o Paraguai declarou guerra ao Brasil em 13 de dezembro de 1864, e à Argentina em 18 de março do ano seguinte. Coube aos paraguaios as primeiras ações efetivas durante o conflito. Somente em fins de 1865 é que a reação brasileira de fato começou.

Servindo no 2º Regimento de Cavalaria, Almeida Barreto passou com o Exército para o território do Paraguai, tomando parte nas ações de guerra, pela primeira vez, em 16 e 17 de abril de 1866. Em 2 de maio, esteve no combate em Estero-Bellaco, onde milhares de militares dos dois lados foram abatidos. Achando-se na vanguarda das forças, avançou a 20 daquele mês para atacar as posições de Tuiuti. Quatro dias depois, ocorreu naquela localidade uma batalha ainda mais sangrenta que a de Estero-Bellaco. Durante o embate, em função da morte de seus chefes, Almeida Barreto assumiu o comando da tropa.

Ainda em 1866, ao fim da Batalha do Tuiuti, as forças da Tríplice Aliança, formada por

Brasil, Argentina e Uruguai, voltaram-se para o objetivo de liberação da passagem do rio Paraguai, fundamental para conquista da cidade de Assunção, capital paraguaia. Almeida Barreto fez parte das tropas que partiram para a concretização dessa meta. Assim, dirigiu-se para Curupaiti, visando a tomar o forte lá estabelecido. O primeiro embate entre as tropas se deu em setembro daquele ano, mas a vitória das forças aliadas só ocorreu em 23 de março de 1868. Em seguida, participou do cerco e tomada da fortaleza de Humaitá, em 25 de julho de 1868, feito fundamental para os destinos finais do conflito.

Almeida Barreto também esteve presente nos combates do rio Tebiquary, na ponte colocada no arroio Surubi-hy, em setembro de 1868, e nos reconhecimentos de Angustura. Embarcou para o Chaco a 25 de novembro daquele ano, para participar dos combates que ocorreriam naquela região, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Tais batalhas, que ficaram conhecidas como a “dezembrada”, resultaram em uma série de vitórias das tropas brasileiras. Assim foi que, em 6 de dezembro de 1868, Almeida Barreto tomou parte no embate na ponte de Itororó; no dia 11, na batalha do Avaí; e, no dia 21, no combate de Lomas Valentinas, onde, por bala de metralhadora, foi gravemente ferido na perna esquerda.

Pelos atos de bravura durante o conflito com o Paraguai, em 20 de fevereiro de 1869 foi promovido a capitão. No dia 1º de março embarcou de volta para o Brasil, e em 28 daquele mesmo mês lhe foi concedida a Medalha de Mérito Militar, em atenção aos relevantes atos em combate. Finda a guerra, foi contemplado no elogio do imperador às forças do comandante duque de Caxias, foi condecorado com o Grão de Cavaleiro da Ordem de Rosa e nomeado Grão-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz. Recebeu, ainda, a Medalha da Campanha do Paraguai, conferida pelo Brasil e pela Argentina, correspondente a quatro anos de lutas.

Prosseguindo na carreira militar, recebeu a patente de major graduado em 14 de abril de 1871, e a de efetivo em 21 de dezembro daquele ano. Em 13 de junho de 1876 foi promovido a tenente-coronel por merecimento. A 14 de maio de 1881 foi elevado a coronel graduado, e, em 14 de julho, a coronel efetivo por merecimento. Antes, por decreto de 8 de

junho de 1881, foi nomeado conselheiro de guerra do Conselho Superior Militar. Em 1884 foi designado comandante do 1º Regimento de Cavalaria, onde havia iniciado a sua carreira militar, e em 28 de julho de 1887 foi promovido a brigadeiro.

NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Almeida Barreto surgiu na política com o advento da República, em 15 de novembro de 1889, quando, devido ao desconhecimento que seus superiores tinham de suas idéias políticas, se tornou um colaborador útil e privilegiado do movimento republicano.

Em face da crise política que assolava o Império, em 7 de junho de 1889, dom Pedro II nomeou Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde do Ouro Preto, membro do Partido Liberal, presidente do Conselho de Ministros. Almeida Barreto fazia parte do Partido Conservador, responsável pelo gabinete deposto, e em consequência dessa filiação política, em 11 de agosto daquele ano foi demitido da posição que ocupava como comandante de brigada. Algum tempo depois, às vésperas da proclamação da República, passou a maquinar pela derrubada do regime.

No dia 6 de novembro de 1889, Benjamin Constant, um dos líderes da conspiração, recebeu a notícia de que Almeida Barreto estava disposto a contornar os problemas que tivera com o marechal Deodoro da Fonseca e aderir ao movimento. Dois dias depois, participou de uma reunião em São Cristóvão, na residência do capitão Vicente Antônio do Espírito Santo, à qual também estiveram presentes Constant, o coronel Cândido José da Costa, o major Solon Ribeiro e o tenente Lauro Sodré. Nesse encontro, foram combinadas a data da insurreição e as providências a serem tomadas. No dia seguinte, em carta enviada a Benjamin Constant, Almeida Barreto declinou o convite que lhe fora feito para ingressar no Clube Militar. Alegou que à instituição, criada em 1887 e dirigida por Deodoro da Fonseca, pertenciam alguns desafetos seus, mas se colocou à disposição para defender os direitos e a dignidade do Exército.

No dia 15, inconformado com o início das movimentações dos militares revoltosos no Campo de Santana, também denominado Campo da Aclamação, Ouro Preto solicitou que o

marechal Floriano Peixoto tomasse providências para debelar os rebeldes, mas este nada fez. Em seguida, não estando ciente de que Almeida Barreto era um dos conspiradores para a queda do regime, Ouro Preto confiou-lhe o comando de uma brigada de mais de mil homens, incluindo praças, marinheiros, fuzileiros navais, policiais e bombeiros, com a qual deveria combater o destacamento dos revoltosos. Almeida Barreto assegurou ao ministro que cumpriria a missão que lhe foi designada, mas apenas circulou pelo Campo de Santana fingindo que iria atacar. Ao invés de atacar, passou para o lado do marechal Deodoro da Fonseca, ajudando-o a comandar as forças revoltosas.

Derrubado o antigo regime, foram tomadas providências com vistas à afirmação da nova situação. Em resposta a um motim de inspiração monarquista iniciado por praças do 2º Regimento de Artilharia Montada, foi desencadeada uma ofensiva contra os supostos líderes da revolta, entre eles o visconde de Ouro Preto. Em complemento, para desestimular novas aventuras subversivas, no dia 23 foi editado um decreto que previa a criação de uma Comissão Mista Militar de Sindicância e Julgamento com o objetivo de julgar todos os que conspirassem contra a República, aliciando militares. Para presidente da comissão, o ministro da Guerra, Benjamin Constant, escolheu Almeida Barreto. Em 28 de junho de 1890, este deixou o serviço ativo no Exército por ter atingido a idade para a reforma compulsória.

SENADOR

Em 15 de setembro de 1890, Almeida Barreto foi eleito senador pela Paraíba ao Congresso Constituinte, sendo empossado em 15 de novembro seguinte. Durante os trabalhos posicionou-se a favor da dissolução do Congresso após a promulgação da Constituição e a eleição do presidente da República, cuja responsabilidade cabia aos constituintes. Contudo, o texto da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, previa que, terminada a missão constituinte, o Congresso Nacional seria separado em Câmara e Senado e principiaria suas funções normais. Entrando em vigor a nova Carta e feita a separação do parlamento, Almeida Barreto continuou senador, com

mandato até dezembro de 1899.

Na Constituinte de 1890-1891, e, depois, no Senado, Almeida Barreto fez parte da bancada governista, mas, com a ascensão do marechal Floriano Peixoto à presidência da República após a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, passou a se opor ao governo. Tão logo assumiu o cargo, Floriano promoveu a deposição dos presidentes e governadores de estado. Entre eles estava Venâncio Neiva, que havia assumido o governo da Paraíba em 1889 com o apoio de Almeida Barreto. O senador paraibano logo se opôs à destituição de Venâncio Neiva, e, no plenário do Senado, fez críticas à ação de Floriano Peixoto e o ameaçou dizendo que, caso continuasse semeando ventos, colheria horribéis tempestades, que trariam ódio e vingança. A 11 de janeiro de 1892, seguindo o que determinava o Decreto nº 29, do dia 8 daquele mês, recebeu a patente de marechal.

Em 31 de março de 1892, junto com 12 outras autoridades militares, Almeida Barreto assinou o que ficou conhecido como o “Manifesto dos 13 Generais”. No documento, publicado apenas em 6 de abril, os oficiais sustentavam que, segundo a Constituição da República, deveria ser feita nova eleição para presidente, uma vez que Deodoro havia renunciado dentro do primeiro biênio governamental. Além disso, criticavam a intervenção do governo federal nos governos estaduais. Floriano Peixoto respondeu com agilidade. Declarando tratar-se de uma revolta de oficiais, em 10 de abril destituiu de seus comandos e prendeu os oficiais signatários do manifesto. Almeida Barreto foi desterrado nas proximidades de Santa Isabel e Cucuí, nas margens do rio Negro, no estado do Amazonas.

Após um período de afastamento devido ao degredo, retornou ao Senado em 19 de setembro de 1892, mantendo-se em firme oposição ao governo Floriano (1891-1894) e ao grupo que assumira o controle político no estado da Paraíba. Porém, durante o quadriênio de Prudente de Moraes (1894-1898), apoiou as medidas do governo. Diante da escolha de Epitácio Pessoa para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Campos Sales (1898-1902), e do resultado da eleição de 1899, os partidários de Venâncio Neiva se fortaleceram e, no pleito de 1900, reelegeram Almeida Barreto para o Senado. Membro do Partido Autonomista, na Paraíba, e do Partido Democrata, na capital federal, manteve-se na

oposição à presidência de Campos Sales, mas, iniciado o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), enquanto pôde exercer seu mandato foi um de seus partidários. No Senado, manteve uma atuação destacada no debate de questões relativas aos militares e fez parte da Comissão de Marinha e Guerra, chegando a presidi-la.

Durante o tempo em que esteve no serviço ativo do Exército desempenhou várias comissões importantes, chegando a exercer o comando superior da Guarda Nacional da capital federal. Foi também ministro do Supremo Tribunal Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio de 1905.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1905); CARONE, E. *Primeira*. CARONE, E. *República*; DONATO, H. *Dicionário; Encyclopedia e Diccionario Internacional* (v. II, p. 1236); *Jornal do Brasil* (4/5/1905, p. 1); LEMOS, R. *Benjamin*; MARIZ, C. *Apanhados*; PENNA, L. *República*; SCHULZ, J. *Exército*; SENADO. *Anais* (1890-1905).